



Audiência pública discute o orçamento municipal de 2025

O Poder Legislativo de Carmópolis de Minas realizou uma audiência pública, no dia 06 de novembro de 2024, para discutir sobre o orçamento municipal de 2025, estabelecido no Projeto de Lei 43, do Poder Executivo, que após votado no plenário do Legislativo, se transformará na Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com o projeto, o orçamento municipal de 2025 estima as receitas e fixa as despesas em R\$ 118.883.444,00, sendo R\$ 105.290.780,00 para a Prefeitura; R\$ 4.500.000,00 para a Câmara e R\$ 9.092.664,00 para o Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM).

Página 8



A secretária municipal da Fazenda, Janaina Janiffer Costa de Lima, faz explanação sobre o que foi planejado pelo atual governo municipal.

Moções de aplauso

Foram concedidas moções de aplauso ao Grupo Florescer Depois do Autismo; padre Jorge Pereira de Souza Junior e Deputado estadual Lucas Lasmar.

Página 4

Requerimentos

O trabalho formal e individual dos vereadores em favor das instituições e da população municipal.

Página 4

Taxa de desemprego atinge menor patamar desde 2012



A taxa de desocupação no país, também conhecida como taxa de desemprego, ficou em 6,2% no trimestre encerrado em outubro deste ano. A taxa é a menor registrada desde o início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, em 2012. O trimestre anterior, encerrado em julho deste ano, havia registrado taxa de 6,8%. Em outubro do ano passado, havia ficado em 7,6%.

Página 3

Feira da Educação Empreendedora ajuda na formação escolar

Quarta Feira da Educação Empreendedora e Cooperativista foi realizada pela Secretaria Municipal da Educação na Escola Municipal Américo Leite, no dia 09 de novembro.

Página 2

Aprovado projeto que cria a Política Nacional de Economia Solidária

Página 7

Emenda impositiva dará novo veículo ao Conselho Tutelar

O montante de R\$ 107.624,21, oriundo de emenda impositiva e de emenda de bancada ao Orçamento Municipal de 2025, deverá ser direcionado para a aquisição.

Página 2

Aprovado projeto que institui a Semana do Distrito de Bom Jardim

A celebração do aniversário da criação do Distrito de Bom Jardim das Pedras será anualmente comemorada no dia 16 de maio, quando será concedido ponto facultativo no distrito.

Página 3

Vereadores aprovam lei que veda nomeação de criminosos para o serviço público

Página 3

Prefeito eleito manifesta preocupação quanto a problemas que “herdará”

Página 5

Grupo “Florescer Depois do Autismo” recebe moção de aplauso

Fundado em junho de 2023, o Grupo busca ser uma rede de apoio, que trabalha incansavelmente pela garantia de acesso à saúde, educação e lazer para essas famílias. Trata-se de um trabalho voluntário, com o apoio de amigos, educadores, estudantes e profissionais especializados. Atualmente, conta com 86 integrantes.

Página 8

Recursos orçamentários podem facilitar acesso à equoterapia

A Associação de Equoterapia de Carmópolis de Minas (ANTERAP) vem executando destacado trabalho no município em favor de pessoas especiais, sendo merecedora de provisão orçamentária.

Página 5

Vereador cobra liberação de emenda impositiva para projeto de vôlei

Foi destacada a importância social do projeto esportivo de incentivo à prática do vôlei para crianças e adolescentes.

Página 6

Sancionadas leis que beneficiam pessoas com deficiência

Página 7



Um Natal de agradecimentos e um novo ano de muitas bênçãos

Participar das festas do Natal é a melhor maneira de manifestar a esperança em dias cada vez melhores, ao encontro de uma sociedade mais justa, fraterna e humana.

Ao final de 2024 e de mais uma Legislatura, os vereadores de Carmópolis de Minas se unem à população, nas comemorações pelos bens alcançados e na certeza de um novo ano de significativas conquistas.

Câmara Municipal de Carmópolis de Minas

Feira da Educação Empreendedora ajuda na formação escolar

O presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, vereador Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE), comunicou, na sessão ordinária do Poder Legislativo realizada no dia 11 de novembro de 2024, sua participação na Quarta Feira da Educação Empreendedora e Cooperativista, realizada pela Secretaria Municipal da Educação na Escola Municipal Américo Leite, no dia 09 de novembro.

Fernando manifestou sua alegria em ver a participação de pais e principalmente o envolvimento das crianças e jovens apresentando seus trabalhos. “Fico orgulhoso por também fazer parte desse avanço, por ter sido o autor do projeto votado aqui na Casa, com a feira hoje já na quarta edição. É muito gratificante ver que a gente não passa pela Câmara sem deixar uma marca, e essa é uma que eu, em parceria com a secretária Rosa Maria Teixeira Canhestro, consegui deixar para a nossa cidade”, disse o parlamentar, agradecendo ao Sebrae; Acero Agronegócios; Sicoob e Ascincar, parceiros da Feira que investem muito nas crianças e jovens.

O presidente solicitou à nova administração



Fernando salientou a importância do evento para Carmópolis.

municipal, que toma posse em janeiro de 2025, que dê continuidade ao projeto, realizando anualmente a feira, tendo em vista o sucesso que tem alcançado no âmbito da comunidade escolar e sua importância enquanto ferramenta de formação da juventude.

A Lei nº 2.384, de 15 de maio de 2023, proposta por Fernando, instituiu o Programa de Educação Empreendedora nas escolas públicas do município de Carmópolis de Minas. De acordo com a norma, a rede municipal de ensino envia esforços para incluir o tema empreendedorismo, como conteúdo transversal, em sua grade curricular, por meio de abordagens que incluam desenvolvimento de habilidades para tomada de decisões, planos, organização de recursos e competências para sua absorção no

mercado de trabalho; ética, livre iniciativa, sustentabilidade e cooperação; educação financeira, cultura organizacional, gestão de negócios e de mercado; capacidade de gestão e inovação; incentivo à autonomia financeira e ao surgimento de negócios inovadores.

Os temas transversais na educação estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva, com a afirmação do princípio da participação política, devendo ser trabalhados nas disciplinas já existentes.

A proposta de Educação Empreendedora nas escolas, segundo a lei, visa oferecer aos alunos, entre outros conhecimentos, noções sobre independência, por meio da solução de de-

mandas que proporcionem ao aluno uma familiaridade com problemas que podem ser resolvidos de forma individual ou coletiva, visando favorecer o desenvolvimento da autonomia para enfrentar novos cenários e desafios; conhecimento das potencialidades, por meio da participação de ações voltadas para o desenvolvimento de projetos, visando identificar pontos fortes e os que precisam ser melhorados; senso de responsabilidade, instigando a cada estudante à responsabilidade por uma tarefa importante para concretizar um projeto, visando mais comprometimento, amadurecimento e assunção de riscos.

A norma legal de autoria de Fernando visa ainda o desenvolvimento de liderança; aumento da autoconfiança; desenvolvimento de noções de Educação Financeira; difusão de princípios como consumo e descarte conscientes; desenvolvimento de habilidades financeiras e fomento da valorização do trabalho.

A Feira da Educação Empreendedora e Cooperativista já existia em Carmópolis de Minas antes da instituição da lei municipal. Após a aprovação e sanção do projeto de Fernando, foi implantada no currículo escolar.

Dia da Cidade ocorre em 27 de dezembro

A cidade de Carmópolis de Minas comemora seu aniversário de emancipação político-administrativa no dia 27 de dezembro, feriado municipal. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a atual população do município é de 18.003 pessoas.

O primeiro nome da localidade foi Japão, segundo documentos de 1862, quando foi criada a freguesia pela Lei Provincial n. 1.144 de 24 de setembro. Em 27 de dezembro de 1948 foi elevada à categoria de cidade com o nome de Carmópolis de Minas. O nome - “cidade (pólis) do Carmo” - homenageia sua padroeira Nossa Senhora do Carmo e remete ao Monte Carmelo, por sua topografia montanhosa. Para o antigo nome, contam-se duas versões: teria provindo de um pássaro homônimo da região ou da expressão “já há pão” pronunciada pelos bandeirantes ao serem acolhidos pelos habitantes locais quando de sua povoação. Há ainda um povoado rural que conserva o antigo nome da cidade, o povoado do Japão Grande.

Os primitivos habitantes da região foram os índios Carijós, Goianazes e Cataguás. Por volta de 1700, a re-

gião recebeu os primeiros brancos, bandeirantes paulistas e portugueses, em demanda ao sertão goiano. Prosseguindo em sua aventura, teriam esses brancos deixado alguns remanescentes cuidando da lavoura, para se garantirem de suprimento durante o regresso. Anos depois, ao voltarem, encontraram o local já desenvolvido, tendo-lhes sido oferecido até pão, manufaturado com trigo de plantio local. Em 1807 foi iniciada a construção da Igreja Matriz, pelo padre Domingos da Costa Guimarães. O povoado foi se desenvolvendo lentamente, e em 1862 passou a ser termo da Vila de Oliveira, assim permanecendo até sua emancipação em 1948, vindo a receber o nome de Carmópolis de Minas.

Destacam-se quatro sítios arqueológicos na cidade, onde são encontrados petróglifos – rochas originárias do período da pré-história, que contêm inscrições gravadas em sua superfície.

Entre seus filhos ilustres estão Célio de Castro (médico, ex-prefeito de Belo Horizonte) e o artista plástico Petrônio Bax.

Emenda impositiva dará novo veículo ao Conselho Tutelar



Whatiffa transmitiu a boa notícia aos carmopolitanos.

O Conselho Tutelar de Carmópolis de Minas deverá ser contemplado com um veículo novo. A boa notícia foi dada pela vereadora Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD), na sessão ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2024. De acordo com a vereadora, o montante de R\$ 107.624,21, oriundo de sua emenda impositiva e de emenda de bancada ao Orçamento Municipal de 2025, deverá ser direcionado para a aquisição.

Falando sobre o tema em assuntos de interesse público, Whatiffa lembrou que, desde sua posse na Câmara, trabalhou para conseguir os recursos para essa finalidade junto a deputados, o que, infelizmente, não foi possível. Mas agora tem a oportunidade de destinar o valor. A parlamentar destacou o importante papel desempenhado pelo Conselho, órgão fundamental para a proteção da criança e do adolescente. Argumentou ainda que o Conselho precisa de um novo veículo para suas ações, pois o atual está velho e desgastado.

Whatiffa lembrou que desde seu mandato como conselheira tutelar, já era reivindicada a compra de um novo veículo, em vista da necessidade de atender melhor o público-alvo do Conselho, também melhorando a assistência às famílias carmopolitanas. “Desde já conto com o apoio do prefeito eleito, vereador Célio, que já se comprometeu, aqui nesta Casa, a pagar todas as emendas impositivas indicadas pelos vereadores. Estou certa de que ele cumprirá com esse compromisso, pois trata-se de ações muito importantes para a comunidade”, continuou a vereadora, parabenizando os atuais conselheiros pela qualidade do trabalho desenvolvido, sempre atentos às demandas e necessidades, serviço reconhecido por autoridades civis e militares.

Criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo que zela pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A missão institucional consiste em representar a sociedade na defesa dos direitos da população infantojuvenil, como o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à liberdade, à cultura e à convivência familiar e comunitária. A atuação ocorre em parceria com escolas, organizações sociais e serviços públicos.

O Conselho Tutelar pode aplicar medidas como encaminhamento da criança ou do adolescente aos pais ou responsável; orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatória em unidades de ensino; inclusão em serviços e programas oficiais; requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, entre outros.

Assista às reuniões da Câmara de Carmópolis de Minas sem sair de casa



As sessões ordinárias do Legislativo são transmitidas ao vivo.

Todas as segundas-feiras, às 18h30, no site, Facebook e YouTube da Câmara.

Jornal da Câmara

Órgão oficial da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas (MG)

Instituído pela resolução 05, de 22 de dezembro de 2010

Editor – João Bosco Ribeiro – reg. MG 3655 JP

Mesa Diretora da Câmara - 2024

Presidente: Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE)

Vice-presidente: Jaqueline Emília Luciano (REDE)

Secretária: Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD)

Tesoureiro - José Laércio da Silveira (REDE)

Endereço: Rua Dorvelino Rabelo Costa, n.º 38 – Centro

Carmópolis de Minas – MG - CEP 35.534-000

Tel.: (37) 3333-1704 e 3333-2299

www.camaracarmopolis.mg.gov.br / camara@camaracarmopolis.mg.gov.br

Editoração e Impressão

Gazeta de Minas Gráfica e Editora Ltda. – Oliveira MG

Tel.: 37 3331-4486 www.gazetademinas.com.br

Carmopolitano, ajude a manter nossa cidade sempre limpa. Não jogue lixo nas ruas e praças.

Aprovado projeto que institui a Semana do Distrito de Bom Jardim

Apresentado pelos vereadores Dirceu da Silva (UNIÃO) e Jaqueline Emilia Luciano (REDE), o projeto de lei que institui a Semana de Comemoração pela Criação do Distrito de Bom Jardim das Pedras, no Município de Carmópolis de Minas, foi aprovado, por unanimidade pela Câmara Municipal.

De acordo com o texto da nova lei, fica instituído no calendário oficial de eventos do município de Carmópolis de Minas, as comemorações pela criação do Distrito de Bom Jardim das Pedras, sempre na semana do dia 16 de maio de cada ano. A celebração do aniversário da criação do Distrito de Bom Jardim das Pedras será anualmente comemorada no dia 16 de maio, quando será concedido ponto facultativo no distrito.

Justificando a iniciativa, Dirceu e Jaqueline informaram que o dia 16 de maio é importante para os moradores do Distrito de Bom Jardim das Pedras, pois é a data em que foi sancionada a Lei Municipal nº 1.984/2021, que criou, oficialmente, o Distrito de Bom Jardim das Pedras.

“Por isso, considerando ser uma data especial para os moradores do local, pretendemos que essa data sirva para demonstrar nosso respeito pelos cidadãos que residem ou que têm laços naquela comunidade. Ademais, as festividades que apontamos no projeto poderão fomentar a economia local, inclusive trazendo visitantes de Carmópolis de Minas e de outros municípios”, argumentaram os autores.

Vereadores aprovam lei que veda nomeação de criminosos para o serviço público

Pessoas condenadas pela prática de crimes de violência física, psicológica ou sexual contra a mulher, de crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, dos crimes previstos no estatuto do idoso, crime de tráfico de drogas ou racismo, não mais poderão ser nomeadas para cargos efetivos ou comissionados na administração direta e indireta dos poderes Executivo e Legislativo de Carmópolis de Minas. É o que estabelece o projeto de lei, de autoria da vereadora Jaqueline Emilia Luciano (REDE), aprovado por unanimidade na Câmara Municipal.

A nova lei veda a nomeação de pessoas que tenham sido condenadas pela prática de feminicídio; importunação sexual; vingança pornográfica; estupro; cárcere privado; lesão corporal (quando decorrente de violência doméstica); ameaça (quando praticado contra a mulher); violência sexual contra criança ou adolescente; estupro de vulnerável; induzimento de menor à satisfação da lascívia de outrem; satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente; favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável; tráfico de drogas e racismo.

A proibição incide desde o trânsito em julgado da respectiva sentença penal condenatória, ou condenação por órgão colegiado, até o prazo de oito anos.

Em sua justificativa, a parlamentar informou que a iniciativa visa assegurar que cargos públicos no âmbito do Poder Executivo e Legislativo do município de Carmópolis de Minas sejam ocupados por pessoas que respeitem os princípios de ética, segurança e justiça, promovendo assim uma administração pública mais segura e comprometida com a integridade de seus servidores e da população.

A proposta restringe a nomeação e posse de pessoas condenadas por crimes que afetam gravemente a dignidade, segurança e direitos fundamentais de mulheres, crianças,

adolescentes, idosos, bem como crimes de tráfico de drogas e racismo. Esses crimes representam uma ameaça significativa ao convívio social harmônico e à proteção dos mais vulneráveis na sociedade.

Ressaltou Jaqueline que entre os crimes listados estão aqueles de violência física, psicológica e sexual contra mulheres, que são condutas reconhecidas pela sua extrema gravidade e impactos duradouros para as vítimas e para a sociedade como um todo. Acrescentou ainda que o projeto também considera crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, práticas cruéis que deixam profundas marcas na vida das vítimas e que exigem do poder público uma postura rigorosa de repúdio e prevenção. “Crimes contra idosos, protegidos pelo Estatuto do Idoso, refletem uma falta de respeito e cuidado para com aqueles que merecem amparo e proteção, especialmente em fases de vulnerabilidade da vida. Além disso, o tráfico de drogas e o racismo, com seus impactos sociais devastadores, são incompatíveis com os valores de uma administração pública que preza pela igualdade, saúde e justiça social”, esclareceu a parlamentar.

Ao adotar uma vedação de oito anos a partir do cumprimento ou extinção da pena imposta, afirmou Jaqueline que o projeto reflete o princípio da ressocialização, ao mesmo tempo em que preserva o bem-estar coletivo e a confiança da população na idoneidade de seus representantes e servidores públicos.

Por fim, argumentou a vereadora que a iniciativa busca resguardar o interesse público, proteger grupos vulneráveis, reforçar a ética na administração pública e promover um ambiente onde o respeito aos direitos humanos e à dignidade sejam primordiais e que sua aprovação representa um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, protegida e solidária para todos os cidadãos de Carmópolis de Minas.

Taxa de desemprego atinge menor patamar desde 2012

A taxa de desocupação no país, também conhecida como taxa de desemprego, ficou em 6,2% no trimestre encerrado em outubro deste ano. A taxa é a menor registrada desde o início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, em 2012. O trimestre anterior, encerrado em julho deste ano, havia registrado taxa de 6,8%. Em outubro do ano passado, havia ficado em 7,6%.

A população ocupada (103,6 milhões) também atingiu recorde, ficando 1,5% acima da média do trimestre encerrado em julho e 3,4% superior a outubro. A

população desocupada recuou para 6,8 milhões, ou seja, 8% a menos (menos 591 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior e 17,2% inferior a outubro de 2023 (menos 1,4 milhão de pessoas). É o menor contingente de desocupados desde o trimestre encerrado em dezembro de 2014.

O rendimento real habitual do trabalhador ficou em R\$ 3.255, ficando estável na comparação trimestral e crescendo 3,9% no ano. A massa de rendimento real habitual (R\$ 332,6 bilhões) cresceu 2,4% (mais R\$ 7,7 bilhões) no trimestre e 7,7% (mais R\$ 23,6 bilhões) no ano.

(Fonte – Agência Brasil)

Nova administração dará pleno apoio à DogLar

A importância social do trabalho desenvolvido pela Associação Carmopolitana de Proteção aos Animais (DogLar), Organização Não Governamental (ONG) composta por voluntários, que abriga e cuida de cães e gatos sem tutores e próprios para adoção em Carmópolis de Minas, foi destacada pelo vereador Marcelo de Freitas dos Reis, líder do UNIÃO, na sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 04 de novembro de 2024.

De acordo com ele, o plano de governo do prefeito eleito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO) foi elaborado ouvindo a DogLar, que contará com apoio direto da administração municipal a partir de 2025, em vista do trabalho exemplar desenvolvido pela instituição, da qual o poder público muito necessita e com a qual precisa fazer parcerias, já que a Prefeitura não possui um canil.

Marcelo informou que, dentro do novo plano de governo, foi proposta a melhoria do espaço já existente de funcionamen-



Marcelo disse que suporte faz parte do novo Plano de Governo.

to da ONG, inclusive com planos de doação definitiva do imóvel. “Estaremos trabalhando para isso, para que a DogLar tenha posse definitiva do imóvel e não corra riscos de perdas por ações de futuros administradores”, disse ele.

O parlamentar argumentou ainda que é preciso melhorar a estrutura já existente na DogLar, firmar compromisso com o repasse de subvenções, aumentando o montante dos recursos e pagando em dia, facilitando o trabalho dos voluntários.

Marcelo de Freitas pediu diretamente ao vereador e prefeito eleito Célio

Roberto, que seja feito um planejamento, para que a DogLar, assim como outras associações, seja cada vez mais valorizada.

Fundada em 2013, a DogLar recebeu o título de utilidade pública municipal por meio da Lei nº 22.273. Ao cuidar e proteger cães e gatos, a entidade presta um significativo serviço à população, diminuindo a presença de animais nas ruas, evitando ataques, curando-os de doenças que podem ser transmitidas aos seres humanos, promovendo castrações e campanhas de adoção.

Barro cobrindo asfalto e buracos em vias geram críticas na Câmara

A presença de grande quantidade de barro cobrindo pista asfaltada, provocada por movimentação de terra em obra de instalação de usina de energia fotovoltaica, próximo à Fazenda Bananal, tem provocado muitos transtornos para quem transita pela via. O problema foi levantado pelo vereador João Francisco Vieira – João do Inhozinho, líder do PSD, na Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, na sessão ordinária do dia 11 de novembro de 2024. Ele também citou problemas em outras vias de acesso.

De acordo com o relato do parlamentar, a invasão de barro na pista persiste há mais de um mês, não obstante os vários pedidos já feitos pelos vereadores e inclusive o envio de um requerimento formal ao Poder Executivo, assinado por ele e pela vereadora Jaqueline Emilia Luciano (REDE). João Francisco revelou seus temores com a situação, relatando problemas com trânsito de veículos, especialmente caminhões carregados de tomates, que encontram



João Francisco reivindicou obras para ruas e estradas.

muitas dificuldades de transitar pelo local, com riscos de atolamento. “Já passou da hora da Prefeitura resolver a situação”, disse o vereador.

Outro problema viário relatado pelo parlamentar na mesma manifestação diz respeito à estrada do distrito de Bom Jardim das Pedras, que para ele se encontra intransitável, com muitos buracos gerando problemas para quem usa a via, inclusive para trabalho, como os produtores de tomates. Muitos deles se veem obrigados a escolher outra rota, passando pelo povoado da Gerais, para evitar problemas

com seus veículos.

Também na área dos galpões dos tomaticultores, o problema na via de acesso é visível, com buracos que chegam a dar vergonha, impondo obstáculos aos produtores que precisam da via para escoamento da produção. João ressaltou que, sempre que visita o local, os usuários cobram dele uma solução. “Todos pagam seus impostos, mas nada é feito para melhorar o acesso, com riscos até mesmo de quebrar caminhões”, observou o vereador, alertando o prefeito José Omar Paolinelli (PSD) para a urgente necessidade de obras de manutenção nesses locais.

— REQUERIMENTOS —

Requerimentos individuais

Jaqueline Emilia Luciano (REDE)
Distrito do Bom Jardim das Pedras - Que seja solicitada à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Rural, a manutenção da estrada principal e das ruas de acesso ao Distrito do Bom Jardim das Pedras, que se encontra em condições precárias. A situação tem gerado sérios transtornos para a população local.

Rua Gervásio Pinto de Souza - Que seja solicitada à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Rural, limpeza da Rua Gervásio Pinto de Souza, nas proximidades da ponte localizada próximo à residência do "Jair do Jande" e da "Igreja Batista", no distrito do Bom Jardim das Pedras. A medida é necessária para a remoção da lama acumulada, devido às enxurradas recentes, que têm causado transtornos significativos à população. No local reside uma cadeirante, cuja casa se encontra em frente à área onde a lama se acumula, agravando ainda mais a situação e prejudicando sua mobilidade e qualidade de vida.

Morro do Campo - Construção de uma drenagem pluvial, calçamento ou pavimentação no Morro do Campo, junto ao muro, de modo a evitar a recorrência da queda de terra que tem agravado a situação. Essa intervenção visa solucionar de forma definitiva o problema, proporcionando mais segurança e melhores condi-

ções de mobilidade para os moradores.

Rua Maria Adelaide Amaral - Que o exmo. prefeito solicite à Comissão Municipal de Trânsito, análise da viabilidade de implantação de estacionamento em apenas um dos lados da Rua Maria Adelaide Amaral, no Bairro Glória, devido à presença da Escola Pentágono na referida via, o que gera intenso fluxo de veículos que buscam e levam crianças. A situação apresenta um risco iminente de acidentes, considerando a presença frequente de caminhões estacionados, inclusive na esquina com a Avenida Lincoln Rabelo Batista, uma via muito movimentada e muito íngreme. Tal cenário compromete a visibilidade dos motoristas que acessam a Rua Maria Adelaide Amaral, agravando o risco de acidentes.

Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD)

Rua Antenor de Castro - Solicita ao Setor de Vigilância Sanitária e ao SESAM (Serviço de Saneamento Ambiental Municipal) que seja avaliada e solucionada a questão de água parada na Rua Antenor de Castro, nas proximidades da entrada do estacionamento do Supermercado Ponto Certo. Situação vem causando mau cheiro e desconforto aos moradores e transeuntes da área. Pede urgência na verificação e resolução desse problema, visando a melhoria das condições de saúde e bem-estar da população local.

Tratamento contra o câncer em Oliveira beneficiará pacientes de Carmópolis

A escolha do município de Oliveira para sediar a terceira Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) da Macro Região Oeste de Minas Gerais foi destacada no plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, na sessão ordinária do dia 18 de novembro de 2024, pelo vereador José Laércio da Silveira, líder do REDE. A decisão foi tomada de forma unânime na reunião macrorregional da Comissão Intergestores Bipartite (CIB-SUS), realizada no dia cinco de novembro, em Divinópolis. O serviço atenderá 13 cidades, entre as quais Carmópolis de Minas.

José Laércio elogiou e agradeceu o trabalho do deputado estadual Lucas Lasmar (REDE), que vem atuando há bastante tempo pela criação da UNACON de Oliveira, por meio de gestões junto à Secretaria de Estado da Saúde (SES-MG). Em julho de 2023, o deputado enviou ofício à Secretaria relatando a sobrecarga e a demora nos atendimentos oncológicos na região, com pacientes muitas vezes deslocados para tratamento em Belo



José Laércio destacou o trabalho do deputado Lucas Lasmar.

Horizonte. Ao comprovar, estatisticamente, a necessidade de instalação de mais uma UNACON na região, o deputado conseguiu a decisão favorável. Pelos seus esforços em favor da criação da unidade de oncologia, dando acesso bem mais fácil, rápido e confortável aos pacientes de Carmópolis, José Laércio apresentou uma moção de aplauso a Lucas Lasmar, aprovada por unanimidade pelo plenário da Câmara.

"Tomei a iniciativa de propor a moção, lendo a notícia no jornal Gazeta de Minas, da cidade de Oliveira, e pensando na população carmopolitana. Um atendimento em oncologia aqui bem perto de nossa cidade, a trinta minutos de viagem, é

uma conquista de grande valor", argumentou José Laércio.

O serviço será instalado no Hospital São Judas Tadeu, em novo prédio a ser construído. A CIB já havia definido que a Santa Casa de Oliveira é a instituição mais capacitada tecnicamente para sediar a unidade, pois conta com recursos de alta complexidade, como ressonância magnética, dois aparelhos de tomografia e um laboratório de Hemodinâmica, sendo referência em neurocirurgia, cardiologia intervencionista e outras áreas essenciais ao atendimento oncológico. O hospital oferece ainda um centro de hemodiálise, com 42 máquinas e atendimento a 150 pacientes de 8 cidades e 3 microrregiões.

Moções de aplauso

Grupo Florescer Depois do Autismo

Nos termos do artigo 139, inciso XI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, apresentamos a presente Moção de Aplauso ao Florescer Depois do Autismo - Grupo de Apoio e Suporte às Famílias Atípicas de Carmópolis, em reconhecimento ao trabalho inspirador e à importância das ações realizadas em prol das famílias atípicas de nossa comunidade.

O Grupo Florescer Depois do Autismo foi fundado em 28 de junho de 2023 por Larissa Kerollyn P. Silva e seu esposo Ricardo Augusto S. Fonseca, que, diante dos desafios enfrentados pelas famílias de pessoas com autismo e outras deficiências, criaram essa iniciativa para oferecer suporte e promover a inclusão. O grupo busca ser uma rede de apoio que trabalha incansavelmente pela garantia de acesso à saúde, educação e lazer para essas famílias, superando barreiras burocráticas e o desgaste físico e emocional que essa luta impõe. Através de um trabalho voluntário, e com o apoio de amigos, educadores, estudantes e profissionais especializados, o Florescer traz visibilidade e suporte para as famílias e promove ações e projetos de grande impacto.

O Grupo Florescer promove diversas ações de inclusão e apoio, tais como:

Coralzinho Florescer, Piquenique Florescer; Abril Azul. Também se destaca por sua atuação ativa junto ao poder público, defendendo o cumprimento de leis e a criação de novas regulamentações, visando atender melhor às necessidades das famílias atípicas. Leis aprovadas: Semana de Conscientização do Autismo, no conhecido "Abril Azul"; "Cuidando de Quem Cuida": legislação que oferece tratamento às famílias e cuidadores de pessoas com deficiência e Lei de Proibição dos Fogos de Artifício e Bombas, para garantir um ambiente mais tranquilo e seguro.

Atualmente com 86 integrantes, o Florescer destaca a importância de uma rede de apoio que abraça cada família, reconhecendo a relevância das figuras paternas e maternas, proporcionando um ambiente seguro e saudável para o desenvolvimento das crianças e prevenindo traumas, depressão, ansiedade, violência e abandono.

Carmópolis de Minas, 25 de outubro de 2024

Vereadora Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD)

Vereadora Jaqueline Emilia Luciano (REDE)

Padre Jorge Pereira de Souza Junior

Em conformidade com o artigo 139, inciso XI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, apresento a presente Moção de Aplauso ao reverendíssimo pároco, padre Jorge Pereira de Souza Junior.

Desde que assumiu a Paróquia Nossa Senhora do Carmo, nesta cidade, no dia 23 de fevereiro de 2018, padre Jorge tem trabalhado com coragem, dedicação e determinação, desenvolvendo um trabalho notável junto à nossa comunidade e deixando marcas profundas na história de Carmópolis de Minas.

Padre Jorge destaca-se não apenas pelos seus trabalhos pastorais, mas pelo zelo com que cuida da administração e do patrimônio paroquial. Sob sua liderança, diversas reformas e restaurações foram realizadas, incluindo a grandiosa reforma da igreja matriz, a restauração do salão São José, da capela do Rosário e da capela dos Passos. Seu compromisso com o trabalho social, promovido por meio dos movimentos pastorais, resultou em uma significativa participação dos fiéis nas celebrações, fortalecendo a união e o envolvimento comunitário.

Pregando a tolerância, o amor e a solidariedade, padre Jorge cativa a todos com suas palavras amigas, impactando positivamente a comunidade. Como responsável por 17 comunidades rurais e 11 comunidades urbanas, ele sempre cumpriu sua missão sacerdotal com amor, carinho e uma dedicação exemplar.

Esta vereadora, em nome da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas e de toda a comunidade, expressa o mais sincero agradecimento ao padre Jorge por sua inestimável dedicação e pelo legado que deixa na paróquia. Desejamos a ele sucesso em seus novos desafios e que continue iluminando os caminhos de outras comunidades com o mesmo amor e zelo que dedicou a nós.

Carmópolis de Minas, 11 de novembro de 2024.

Vereadora Jaqueline Emilia Luciano (REDE)

Deputado estadual Lucas Lasmar

Em conformidade com o artigo 139, inciso XI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, apresento a presente Moção de Aplauso ao Deputado Estadual Lucas Lasmar, pelo seu trabalho dedicado a conseguir o serviço de Oncologia na cidade vizinha de Oliveira, o que beneficiará Carmópolis de Minas. A conquista é um marco no combate ao câncer, na medida que torna menos sacrificante o deslocamento dos pacientes já enfraquecidos pela gravidade da doença. Ressalte-se que os pacientes de Carmópolis geralmente procuram tratamento em Divinópolis, que está a cerca de setenta quilômetros mais distante e leva cerca de uma hora a mais na viagem.

O serviço de Oncologia na nossa região é uma grande conquista para toda a população carmopolitana, um avanço significativo para a saúde de nosso povo. Sabemos das dificuldades enfrentadas, por isso propomos o presente, visando encorajar ao jovem deputado a se manter na constante busca de melhorias para nossa população.

Carmópolis de Minas, 14 de novembro de 2024.

Vereador José Laércio da Silveira, líder do REDE

Recursos orçamentários podem facilitar acesso à equoterapia

Analisando o projeto de lei do Poder Executivo que trata dos valores das subvenções sociais, no valor de R\$ 1.3 milhão; e contribuições, no montante de R\$ 622 mil, a serem repassados a entidades carmopolitanas em 2025, o vereador Geraldo Lucas (REDE), líder do governo, notou a ausência da Associação de Equoterapia de Carmópolis de Minas (ANTERAP) no rol das beneficiadas, instituição que, para ele, vem executando um maravilhoso trabalho no município em favor de pessoas especiais, sendo merecedora de uma provisão orçamentária. Por isso, além da possibilidade de receber uma subvenção, Lucas informou que destinará parte de sua emenda impositiva de 2025 à Associação.

O parlamentar lembrou que há alguns anos, para crianças carmopolitanas terem acesso à ecoterapia, era necessário colocá-las num veículo e as transportarem para outras cidades. Com a determinação de alguns pais, foi criada a ANTERAP, hoje sediada no Residencial Ecovila Bem Viver, em espaço primeiramente cedido pelos proprietários e recentemente doado à entidade, num gesto elogiável em favor do coletivo.

O vereador destacou a posse definitiva do espaço, onde poderão ser investidos recursos municipais, estaduais e federais. Também poderão ser celebradas parcerias com outras cidades da região, como Passa Tempo, localizada a pouca distância da sede da ANTERAP.



Geraldo Lucas destinará emenda impositiva à ANTERAP.

De acordo com a Biblioteca Virtual do Ministério da Saúde, a equoterapia ou terapia assistida por cavalos é um método terapêutico que utiliza o cavalo, por meio de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais.

É uma forma de reabilitação baseada na neurofisiologia, tendo como base os padrões de movimentos rítmicos e repetitivos da marcha do cavalo. Ao caminhar, o

centro de gravidade do cavalo é deslocado tridimensionalmente, resultando em um movimento similar ao da marcha humana com movimentos alternados dos membros superiores e da pelve. Durante as sessões de Equoterapia, ocorre uma integração sensorial, gerando alterações e reorganização do Sistema Nervoso Central e, consequentemente, ajustes posturais e padrões de movimentos mais apropriados e eficientes.

A aquisição de maior mobilidade da pelve, coluna, adequação do tônus, maior simetria e melhor controle da cabeça e tronco podem explicar porque crianças com Paralisia Cerebral, por exemplo, após sessões de Equoterapia, demonstram melhora na função motora global e nos parâmetros da marcha.

A interação com o cavalo, incluindo os primeiros contatos, os cuidados preliminares, o ato de montar e o manuseio final desenvolvem, ainda, novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima.

A prática da Equoterapia objetiva benefícios físicos, psíquicos, educacionais e sociais de pessoas com deficiências físicas ou mentais e/ou com necessidades especiais, e está indicada para os seguintes quadros clínicos: doenças genéticas, neurológicas, ortopédicas, musculares e clínico-metabólicas; sequelas de traumas e cirurgias; doenças mentais, distúrbios psicológicos e comportamentais; distúrbios de aprendizagem e de linguagem.

Prefeito eleito manifesta preocupação quanto a problemas que “herdará”

Ocupando a tribuna da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, na sessão ordinária do dia 04 de novembro de 2024, o vereador Célio Roberto Azevedo (UNIÃO), prefeito eleito no pleito de 6 de outubro, apontou a herança de obras inacabadas, que por certo “cairão em seu colo” assim que assumir o cargo, em janeiro de 2025. Ele também cobrou melhor distribuição das subvenções sociais em 2025 e criticou a diminuição de obras de manutenção em estradas rurais neste final de mandato, prejudicando quem precisa transitar por elas.

“Quem transita pelas estradas rurais precisa de vias de boa qualidade, e pelas informações que chegaram até a mim, já foram cortados combustíveis, paralisados funcionários e alguns maquinários da Prefeitura. Isso é inadmissível, um desrespeito à sociedade carmopolitana, pois, se tivessem ganhado a eleição, continuariam”, apontou o parlamentar.

Sobre as subvenções, Célio lembrou ter lutado muito por elas em 2023, tendo aumentando o valor para a instituição DogLar para R\$ 30 mil. Entretanto, chegava à Câmara, naquela sessão, projeto do Poder Execu-



Célio criticou obras inacabadas, subvenções e manutenção de estradas.

tivo reduzindo o valor para R\$ 10 mil. Para ele, a DogLar faz um trabalho excepcional e precisa dos recursos para se manter. Também a Associação de Equoterapia de Carmópolis de Minas (ANTERAP) e Associação Atlética Rural, ambas contempladas com títulos de utilidade pública, devidamente sancionados pelo prefeito José Omar Paolinelli (PSD), não estão contempladas com os recursos de subvenções.

O prefeito eleito também afirmou que obras mal planejadas e mal concluídas “cairão em seu colo” em 2025. Entre elas ele citou o asfaltamento da Rua Marília, como também conclusão de obra na Rua Manoel Leandro, no povoado da Gerais, objeto de duas denúncias ao Ministério Público (MP). O problema foi aborda-

do em ofício endereçado à Câmara e lido naquela sessão, no qual o promotor Felipe de Leon Bellezia de Salles historiou o cronograma de ações desenvolvido pelo órgão a respeito da obra, concluindo que o prazo dado à empresa para as providências e comprovação junto ao MP termina em dezembro de 2024, considerando prudente aguardar o transcurso do prazo concedido.

“Quando assumimos o compromisso da candidatura, estávamos cientes da situação que iríamos encontrar o município. Espero que o prazo seja cumprido, e que essa não seja mais uma obra a cair em meu colo em 2025”, afirmou o vereador, grifando ser essa uma obra de responsabilidade da atual administração, pela qual deve ser devidamente finalizada.

Obra inacabada na Gerais requer ações de prefeito e vereadores eleitos

Manifestando-se na condição de membro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou problemas ocorridos em obras de asfaltamento realizadas em ruas dos povoados Japão Grande, Gerais e distrito de Bom Jardim das Pedras, fruto de financiamento tomado pela Prefeitura junto à Caixa Econômica Federal, o vereador Dirceu da Silva (UNIÃO) afirmou que, dentre todas as obras constantes do projeto, a única não concluída até hoje foi a sua indicação, relativa a uma rua no povoado da Gerais.

Dirceu abordou o assunto na sessão ordinária da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas realizada no dia 11 de novembro de 2024, pedindo aos vereadores eleitos, que tomem as providências quanto ao problema, assim que assumirem seus cargos em janeiro de 2025, tendo em vista que, a menos de dois meses do fim do mandato do prefeito José Omar Paolinelli (PSD), considera impos-



Dirceu afirmou que parecer do TCE mostra acerto da CPI.

sível que isso ocorra ainda este ano.

Dirceu ressaltou que se trata de dinheiro público, fruto de financiamento, cuja obra está por acabar. Ele questionou por que aquele trecho foi o único não concluído e prometeu continuar lutando, mesmo após deixar o cargo de vereador, em 31 de dezembro próximo, podendo voltar à Câmara, na qualidade de cidadão residente na Gerais, para continuar a cobrança por providências.

Para ele, o prefeito eleito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO), que não tem responsabilidade so-

bre a obra, também deve cobrar soluções à Justiça, assim que assumir suas funções. Lembrou que o Ministério Público arquivou o relatório da CPI remetido pela Câmara, mas ao contrário disso, o Tribunal de Contas do Estado (TCE), por meio de parecer emitido no mês de setembro, abriu novamente a questão, mostrando que o trabalho não foi em vão.

Concluindo, Dirceu afirmou que as irregularidades foram comprovadas pelos depoentes ouvidos pela CPI, sendo impossível que tenham mentido.

Ajude a manter nossa cidade sempre limpa



Não descarte lixo irregularmente
CÂMARA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS DE MINAS

Vereador cobra liberação de emenda impositiva para projeto de vôlei



Antônio Gabriel quer fortalecer a prática da modalidade entre estudantes.

rede apropriada, que frequentemente fica baixa, prejudicando e dificultando os treinos.

Sobre sua emenda impositiva, no valor de R\$ 10 mil, o parlamentar reiterou sua cobrança ao Poder Executivo para a liberação do montante que tem grande relevância para os jovens praticantes.

“É um absurdo essa situação. O dinheiro já está previsto no orçamento municipal e ainda não foi liberado. Estamos no final do mandato e nada foi resolvido”, argumentou Antônio Gabriel, enfatizando que, apesar de pequena, a quantia faz uma grande diferença na vida dos jovens.

O vereador também destacou que, assim como fez no orçamento municipal de 2024, estará desti-

nando parte de sua emenda impositiva para o mesmo projeto no orçamento de 2025, desta vez com um valor maior. Ele ressaltou a importância do projeto, visto que os jovens dedicam seu tempo livre à prática de uma atividade saudável e necessária, especialmente quando não estão na escola.

Antônio Gabriel enfatizou ainda que o incentivo ao esporte é fundamental para afastar os jovens do caminho das drogas, da criminalidade e de outros comportamentos prejudiciais, promovendo disciplina, socialização e um estilo de vida mais saudável. O projeto, segundo ele, contribui diretamente para a formação de cidadãos responsáveis e para a construção de um futuro melhor para o município.

Reunião com deputado Lucas Lasmar confirma apoio à saúde carmopolitana

Uma reunião com presença de parte dos vereadores eleitos, alguns vereadores atuais e o ex-prefeito Geraldo Antônio da Silva, realizada no dia 24 de outubro de 2024 no plenário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas, com a presença do deputado estadual Lucas Lasmar (REDE), foi destacada pela vice-presidente do Legislativo, Jaqueline Emilia Luciano (REDE), na sessão ordinária do dia 28 de outubro de 2024. O encontro visou traçar projetos já para 2025 e cumprimento de agenda no hospital de Carmópolis.

A parlamentar informou que, no hospital, o grupo participou do anúncio das obras de ampliação do Pronto Atendimento Municipal (PAM), iniciadas no dia 01 de novembro, com recursos provenientes do Orçamento Estadual, por meio de emenda de autoria de Lucas Lasmar. “Trata-se de algo concreto, que vai ajudar muito na promoção do bem estar dos carmopolitanos”, enfatizou a vereadora.

Jaqueline também



Jaqueline apresentou seus agradecimentos ao parlamentar estadual.

lembrou que a direção da Santa Casa já havia apresentado a ela, nas primeiras visitas feitas ao hospital no início do seu mandato, as principais necessidades da instituição, que não são poucas, entre elas a situação da dívida de energia elétrica, a carência por obras de ampliação do PAM, ampliação de salas vermelhas e outros itens. A respeito das obras já em andamento, foi mostrado pela direção os benefícios que trarão para os pacientes, no que tange principalmente à agilidade e abrangência dos serviços a serem prestados, uma vez que se trata de uma instituição 100% SUS.

Acrescentou que, assim como Lucas Las-

mar, a cidade conta ainda com as ações do deputado estadual Cássio Soares (PSD) e do deputado federal Domingos Sávio (PL), que também continuarão trabalhando pelo bem de Carmópolis.

“Deixo aqui a minha gratidão ao deputado Lucas Lasmar, que poucos dias após a eleição municipal, já nos procurou, participou de reunião e visitou o hospital, para oferecer a mão que continua estendida em prol do município, pois é para isto que estamos aqui, para deixar o legado de bom trabalho, de comprometimento, de solidariedade e de amor por Carmópolis de Minas”, concluiu Jaqueline.

Questionada a paralisação da obra de asfaltamento no Japão Grande



Claudinei destacou a importância do asfalto para os moradores.

a grande demanda e importância desse asfalto”, grifou o vereador, apontando que a rua se encontra repleta de buracos, estando praticamente intransitável, gerando enormes dificuldades para os moradores e demais usuários. “Queremos uma resposta, já que o dinheiro está em conta”, questionou Claudinei.

Em vista do problema, o parlamentar solicitou à mesa direto-

ra do Legislativo, para que fosse enviado um ofício ao prefeito José Omar Paolinelli (PSD), pedindo explicações sobre os motivos da paralisação. O pedido foi acatado pelo presidente do Legislativo, Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE).

Assinado por todos os vereadores, o ofício solicita esclarecimentos acerca da paralisação do serviço, pois trata-se de obra essencial para

o bem-estar e desenvolvimento da comunidade local. Além disso, observa-se que o sistema de drenagem permanece aberto, o que representa um risco significativo para a segurança dos transeuntes. Salienta-se que, conforme informado, os recursos para a execução desta obra já se encontram disponíveis na conta do município.

O ofício resalta ainda que o Poder Legislativo considera de suma importância a retomada da obra e, por isso, solicita informações detalhadas sobre os motivos que levaram à paralisação; as ações planejadas para sua retomada; o cronograma atualizado de execução e conclusão e a origem dos recursos utilizados, especificando se são provenientes de repasses federais ou recursos próprios do município.

STF libera pagamento de emendas parlamentares suspensas

O ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino autorizou, com ressalvas, a retomada do pagamento das emendas parlamentares até então suspensas devido à falta de transparência, rastreabilidade e publicidade em seu uso. A liberação, no entanto, veio acompanhada de algumas condições para que a verba seja disponibilizada, medida que, segundo Dino, tornou-se necessária uma vez que “nenhuma despesa no Brasil teve similar trajetória em desfavor da responsabilidade fiscal”.

“É de clareza solar que jamais houve tamanho desarranjo institucional com tanto dinheiro público, em tão poucos anos. Com efeito, somadas as emendas parlamentares entre 2019 e 2024, chegamos ao montante pago de R\$ 186,3 bilhões de reais”, disse o ministro em sua decisão. Diante deste cenário, Dino determinou que, tanto as emendas de relator como as de comissões, podem ser liberadas, mas com a “devida identificação dos parlamentares”, cabendo ao Poder Executivo aferir a transparência e liberar caso a caso.

Ele acrescentou ser necessário que o ordenador de despesas e o órgão de controle interno verifiquem de forma conjunta e formalmente se o Portal da Transparência contém o nome do parlamentar autor da indicação. “É vedado que figure como substituto o relator do Orçamento - bem como dos beneficiários finais”, manifestou o ministro.

Emendas individuais e de bancadas que tenham como destino organizações não governamentais (ONGs) e entidades do terceiro setor podem ser executadas, desde que seguindo as regras legais e mediante “deliberação motivada do ordenador de despesas competente, observadas a inexistência de irregularidade já detectada”. No caso das emendas individuais, a transferência especial (emendas PIX) fica mantida, mas com impositividade, observada a necessidade de identificação antecipada do objeto, a concessão de prioridade para obras inacabadas e a prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União (TCU).

Com relação às emendas para a área da saúde, sua destinação fica condicionada ao atendimento de orientações e critérios técnicos indicados pelo gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS) e fixados pelas Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite.

(Com informações da Agência Brasil)

Aprovado projeto que cria a Política Nacional de Economia Solidária

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria a Política Nacional de Economia Solidária e um sistema de igual nome para articular as ações de fomento a empreendimentos com essa característica. O texto será enviado à sanção presidencial. Foi aprovado um substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 6606/19 (antigo PL 4685/12), de autoria do deputado licenciado Paulo Teixeira (PT-SP), atual ministro do Desenvolvimento Agrário, e outros. O texto recebeu parecer favorável do relator, deputado Carlos Veras (PT-PE).

O projeto caracteriza um empreendimento de economia solidária como aquele de fins econômicos e sem fins lucrativos, autogerido por seus membros, que devem exercer coletivamente as atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados.

A iniciativa deve ter administração transparente e democrática por meio de soberania da assembleia e praticar comércio de bens ou prestação de serviços de forma justa e solidária, distribuindo os resultados financeiros da atividade econômica com proporcionalidade em relação às operações e atividades econômicas realizadas individual e coletivamente. Já o resultado operacional líquido, quando houver, deverá ser destinado às suas finalidades ou para ajudar outros empreendimentos semelhantes em dificuldades ou mesmo para o desenvolvimento comunitário ou a qualificação profissional e social de seus integrantes. Os empreendimentos econômicos solidários que atuarem na forma de cooperativa terão seu funcionamento disciplinado pela legislação do cooperativismo. Não serão beneficiários da política nacional os empreendimentos que tenham como atividade econômica a intermediação de mão de obra subordinada.

O deputado Bohn Gass (PT-RS), um dos signatários da proposta, lembrou que também foi autor de uma lei similar no Rio Grande do Sul, quando foi deputado esta-



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Bohn Gass é um dos autores do projeto.

dual. “Há muitos elementos que nos fazem ser fãs, apoiadores, estimuladores e defensores da economia solidária, sustentável, consciente e cooperada”, disse. O deputado Patrus Ananias também defendeu o projeto, por apontar na perspectiva de uma sociedade solidária. “É fundamental o espaço da sociedade, da comunidade, de as pessoas se integrarem e se articularem em busca de objetivos comuns”, declarou.

Segundo o projeto aprovado, após conferências municipais, estaduais e nacional sobre o tema, caberá ao Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) elaborar e propor ao Poder Executivo federal um plano nacional levando em consideração as deliberações da conferência nacional, a qual tem a atribuição ainda de, a cada quatro anos, avaliar a política da área.

O CNES, a conferência nacional, órgãos ligados ao tema nas esferas municipal, estadual e federal, as organizações da sociedade civil e os empreendimentos econômicos solidários integram o sistema nacional de economia solidária, além da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da União Nacional das Organizações

Cooperativistas Solidárias (Unicopas).

Eixos de ações

O projeto define seis eixos de ação para a política direcionada aos empreendimentos solidários: formação, assistência técnica e qualificação social e profissional; acesso a serviços de finanças e de crédito; fomento à comercialização, ao comércio justo e solidário e ao consumo responsável; fomento aos empreendimentos econômicos solidários e às redes de cooperação; fomento à recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão; e apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e apropriação adequada de tecnologias.

Beneficiários de programas sociais poderão ser atendidos pelas ações da política nacional, desde que atuem em empreendimentos econômicos solidários. A prioridade será para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social. Haverá ainda um cadastro nacional de empreendimentos para que eles possam acessar os benefícios. Os grupos informais serão incentivados a buscar sua regularização jurídica para se inserirem plenamente no regime legal associativo.

Entre os objetivos da Política Nacional de Economia Solidária destacam-se:

fortalecer e estimular o associativismo e o cooperativismo, que caracterizam os empreendimentos de economia solidária; contribuir para a geração de renda, a melhoria da qualidade de vida e a promoção da justiça social; promover o acesso da economia solidária a instrumentos de fomento, a meios de produção, a mercados e ao conhecimento e às tecnologias sociais necessários ao seu desenvolvimento; e apoiar ações que aproximem consumidores e produtores, de modo a impulsionar práticas relacionadas ao consumo consciente e ao comércio justo e solidário.

(Fonte: Agência Câmara de Notícias)

CCJ aprova admissibilidade de proposta que garante direito à vida para fetos e impede aborto legal

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 27 de novembro de 2024, por 35 votos a 15, a admissibilidade de uma proposta de emenda à Constituição que garante a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Atualmente, a Constituição já assegura a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, mas não há uma definição do momento em que esse direito começa a vigorar. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 164/12, dos ex-deputados Eduardo Cunha (RJ) e João Campos (GO), estabelece que o direito à vida será considerado a partir da concepção do feto.

Na prática, o texto proíbe o aborto em casos hoje autorizados em lei. No Brasil, o procedimento só é permitido em três situações: risco de morte para a gestante, gravidez resultante de estupro e anencefalia fetal (má-formação do cérebro). A relatora, deputada Chris Tonietto (PL-RJ), havia apresentado parecer favorável à PEC no último dia 13. “A expressão ‘desde a concepção’ é um fato científico, em 1988 não se colocou porque era redundante falar disso”, argumentou a relatora.

Com a decisão da CCJ, a PEC 164/12 seguirá agora para análise de uma comissão especial e, depois, do Plenário da Câmara. Para ser aprovado no Plenário, o texto precisará dos votos favoráveis de pelo menos 308 parlamentares, em dois turnos.

Nos debates, alguns parlamentares se manifestaram contrários ou favoráveis à PEC, ainda que o mérito da proposta não estivesse em discussão. Nessa etapa, a CCJ examinou apenas se o texto está de acordo com a Constituição e com as leis.

“Onde não há o respeito pelo início da vida, abre-se espaço para todo tipo de atrocidade. Defender a vida desde a concepção não é apenas uma escolha ética, mas uma necessidade civilizatória”, comentou a deputada Julia Zanatta (PL-SC).

“Imaginem as pesquisas com células-tronco, que, graças a essa visão distorcida e fundamentalista,



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Chris Tonietto disse que expressão ‘desde a concepção’ é um fato científico.

serão descontinuadas ou paralisadas. Olha o grau de violência contra o conjunto da população”, criticou a deputada Sâmia Bomfim (Psol-SP).

Para o deputado Bacelar (PV-BA), a PEC 164/12 é inconstitucional. “Ao proibir o aborto em quaisquer circunstâncias, esse texto é incompatível com os direitos fundamentais e com os princípios da dignidade da pessoa humana”, defendeu.

Antes da votação, a presidente da CCJ, deputada Caroline de Toni (PL-SC), reagiu aos protestos contra a PEC restringindo o plenário a parlamentares, servidores e jornalistas. Manifestantes gritavam “criança não é mãe, estuprador não é pai”.

(Fonte: Agência Câmara de Notícias)

Sancionadas leis que beneficiam pessoas com deficiência

Foram publicadas no Minas Gerais, o Diário Oficial do Estado, edição de 28 de novembro de 2024, três novas leis que beneficiam pessoas com deficiência, sancionadas pelo governador Romeu Zema (Novo).

A primeira delas, Lei 25.038, de 2024, estabelece uma política pública de trabalho com apoio para pessoas com deficiência. O objetivo é contribuir para o acesso e a inclusão desse público no mercado de trabalho formal. A norma foi aprovada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) como o Projeto de Lei (PL) 1.239/23, do deputado Grego da Fundação (PMN).

A nova lei define o trabalho com apoio como uma metodologia de colocação competitiva da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Ela deve abranger um conjunto de ações de orientação, treinamento e acompanhamento personalizado, realizadas por profissionais com formação e experiência compatíveis, para garantir condições de acesso e permanência da pessoa com deficiência no trabalho.

Entre as diretrizes dessa política pública, está o incentivo ao desenvolvimento de planos de trabalho personalizados, que considerem os interesses, as necessidades e o contexto social de vida da pessoa com deficiência, para assegurar condições favoráveis de trabalho, em ambiente acessível e inclusivo e em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Para a concretização das ações inclusivas, o Estado poderá estabelecer parcerias com instituições de ensino superior, organizações da sociedade civil e entidades representativas de segmentos empresariais, da indústria e do comércio.

Outra norma, oriunda do PL 1.266/23, do deputado Eduardo Azevedo (PL), trata de promoção da cidadania para pessoa com deficiência. A nova lei prevê a inclusão do objetivo de promoção da cidadania na Lei 13.799, de 2000, que contém a Política Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O texto prevê ainda a realização de ações de orientação e divulgação de informações sobre emissão de documentos pessoais e acesso a programas e benefícios sociais voltados para esse segmento da população.

Também foi publicada a Lei 25.042, de 2024, que facilita o direito à vacinação para as pessoas com deficiência. A matéria tramitou na ALMG como PL 1.378/23, da deputada Maria Clara Marra (PSDB). A nova norma acrescenta uma diretriz à Lei 13.799, de 2000, a fim de facilitar o acesso aos serviços de imunização, inclusive por meio da vacinação domiciliar, quando necessário.

Audiência pública discute o orçamento municipal de 2025



Câmara recebeu secretários e munícipes para debaterem sobre o uso do dinheiro público.

O Poder Legislativo de Carmópolis de Minas realizou uma audiência pública, no dia 06 de novembro de 2024, para discutir sobre o orçamento municipal de 2025, estabelecido no Projeto de Lei 43, do Poder Executivo, que após votado no plenário do Legislativo, se transformará na Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com o projeto, o orçamento municipal de 2025 estima as receitas e fixa as despesas em R\$ 118.883.444,00, sendo R\$ 105.290.780,00 para a Prefeitura; R\$ 4.500.000,00 para a Câmara e R\$ 9.092.664,00 para o Serviço de Saneamento Ambiental Municipal (SESAM).

Estiveram presentes os secretários municipais de Administração Wagner Henrique Raimundo; Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente Flávio Henrique Cecotti; Assistência Social e Habitação Eunândia da Silva Rodrigues; Cultura e Artes Ledson Rodrigo Veloso; Educação Rosa Maria Teixeira Canhestro; Esporte, Lazer e Turismo Mariluzia Cristina Rabelo; Infraestrutura Urbana e Rural Alisson Henrique Cecotti Borges; Saúde Daniela Leite Garcia Silva; Fazenda Janaina Janiffer Costa de Lima; procuradora-geral Ana Elisa Nogueira e o controlador-geral Wesley Aparecido Silva.

A secretária da Fazenda fez uma explanação geral do projeto de lei, sobre o que foi planejado pelo atual governo municipal. Por meio de um estudo, foi feita uma previsão de crescimento das receitas correntes líquidas em torno de 10%. Entre as destinações mais importantes, Janaina destacou as emendas impositivas, a serem apresentadas pelos vereadores, no valor total de R\$ 2.803.050,00; reserva de contingência no valor de R\$ 180 mil; receita corrente líquida estimada em R\$ 103.567.444,00. A receita de recursos próprios da Prefeitura foi estabelecida em R\$ 60.646.780,00, sendo R\$ 19.015.900,00 (25,24%) a serem aplicados em Educação; R\$ 22.350.500,00 em Saúde (30,35%). O gasto com pessoal será de R\$ 59.033.443,08 (48,03%), sabendo que o índice permitido pelo Tribunal de Contas do Estado é de 51,3%.

O orçamento da Prefeitura, por pasta, prevê para o Gabinete do Prefeito R\$ 1.065.100,00; Secretaria de Governo R\$ 1.512.700,00; Administração R\$ 10.917.050,00; Fazenda R\$ 4.324.000,00; Educação R\$ 28.748.300,00; Agricultura e Meio Ambiente R\$ 1.931.400,00; Saúde R\$

37.342.500,00; Infraestrutura Urbana e Rural (Obras) R\$ 12.860.895,00; Assistência Social R\$ 3.751.135,00; Esporte, Lazer e Turismo R\$ 1.263.400,00; Cultura e Artes R\$ 1.574.300,00.

Em subvenções foram destinados para a APAE R\$ 546.000,00 (FUNDEB e recursos próprios) e mais R\$ 202.035,00 da Assistência Social; Associação dos Congadeiros R\$ 45 mil; Banda de Música Santa Cecília R\$ 50 mil; Lar São Vicente de Paula R\$ 600 mil; Casa UP R\$ 20 mil; DogLar R\$ 10 mil; EMATER R\$ 90 mil. As contribuições foram assim distribuídas: Independente Futebol Clube R\$ 20 mil; Tupanara Futebol Clube R\$ 20 mil; Sport Futebol Clube R\$ 15 mil; União Futebol Clube R\$ 10 mil; Clube Recreativo Carmopolitano R\$ 35 mil; Circuito Turístico Campo das Vertentes R\$ 12 mil; ASCINCAR (decoração de Natal) R\$ 70 mil e Associação dos Estudantes Universitários R\$ 350 mil. Destaque ainda para o repasse de R\$ 6.400.000,00 à Santa Casa de Misericórdia, de acordo com contrato de prestação de serviços.

Vereadores se manifestaram sobre os valores do orçamento e sua distribuição aos variados setores municipais. Secretários fizeram esclarecimentos, explanações sobre o uso do dinheiro público em suas respectivas pastas, tiraram dúvidas e prestaram informações requeridas pelos parlamentares.

Participaram com questionamentos e perguntas os munícipes Gustavo Borges e Arley Costa Amorim (Projeto Fada).

Ao encerrar a audiência, o presidente da Câmara, Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE) agradeceu aos presentes, lembrando que o orçamento de 2025 será executado pela nova administração municipal, tendo à frente o prefeito eleito Célio Roberto Azevedo (UNIÃO), hoje vereador, que toma posse no próximo dia 01 de janeiro.

Fernando desejou um bom trabalho ao novo prefeito, acreditando na capacidade administrativa e na eficiência não somente dele, mas de toda a equipe de governo que está sendo montada. “O orçamento municipal é a lei mais importante que se vota anualmente nesta Casa, pois nela está o futuro da cidade”, concluiu.

A íntegra dos pronunciamentos e discussões pode ser acessada na gravação da audiência pública, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.

Grupo “Florescer Depois do Autismo” recebe moção de aplauso



Jaqueline e Whatiffa entregaram o certificado ao casal Larissa e Ricardo.

Membros do Grupo Florescer Depois do Autismo, de suporte às famílias atípicas de Carmópolis de Minas, participaram da sessão ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 04 de novembro de 2024, quando a instituição foi homenageada com moção de aplauso proposta e entregue pelas vereadoras Jaqueline Emilia Luciano (REDE) e Whatiffa Francielly dos Santos Nogueira (PSD) à presidente do Grupo Larissa Kerollyn Pereira da Silva e ao seu esposo Ricardo Augusto Fonseca.

A moção, conforme texto aprovado em plenário, é um reconhecimento pelo trabalho inspirador e importância das ações realizadas em prol das famílias atípicas. Fundado em junho de 2023, o Grupo busca ser uma rede de apoio, que trabalha incansavelmente pela garantia de acesso à saúde, educação e lazer para essas famílias. Trata-se de um trabalho voluntário, com o apoio de amigos, educadores, estudantes e profissionais especializados. Atualmente, conta com 86 integrantes.

“Sabemos que ainda há uma longa estrada a ser percorrida, quando se fala de inclusão, acessibilidade e equidade”, observou Larissa em seu pronunciamento. Ela explicou que o grupo tem como principal missão unir as famílias junto aos educadores, amigos, parentes e profissionais da saúde, visando promover a equidade, pela qual as pessoas não partem de um mesmo princípio, sendo importante equilibrar as vantagens e desvantagens de cada um.

Criado com foco no autismo, com o tempo o grupo conheceu famílias que também lidavam com outros diagnósticos, como Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), entre outros, que também precisavam de suporte e acolhimento. Por esse motivo, o grupo cresceu. “Aprendemos, com todos, a importância de respeitar e compreender as diferenças”, grifou a presidente com visível emoção. Larissa agradeceu aos vereadores, pois, segundo ela, cada um teve uma participação muito significativa na aprovação de leis. Especial agradecimento foi feito às proponentes da moção, Jaqueline e Whatiffa, que têm acompanhado de perto a luta dos componentes do grupo. Também agradeceu ao vereador Marcelo de Freitas dos Reis (UNIÃO) pela proposição da lei que proibiu o uso

de fogos de artifício com estampido em Carmópolis e ao vereador Geraldo Lucas (REDE) pelo projeto que instituiu as placas de atendimento prioritário, como também, e no mesmo sentido, a Claudinei Vicente da Silveira – Tade (REDE). “A caminhada é atípica, mas não precisa ser solitária”, concluiu a presidente.

Idealizadora da moção, a vereadora Jaqueline disse ter convidado sua colega Whatiffa para assinarem o documento em conjunto, por serem elas mães e quererem ajudar de forma voluntária e não pretenciosa, enxergando no grupo esperança para uma Carmópolis melhor. Disse que terminará seu mandato, no próximo dia 31 de dezembro, com a certeza de que as políticas públicas de Carmópolis não serão mais simplesmente de estradas, mata-burros e porteiras, mas que olham e conseguem enxergar a necessidade do outro, com o coração e de forma mais humana. Destacou o exemplar trabalho do grupo, que ao se reunir, consegue fazer a diferença.

A vereadora Whatiffa, co-autora da moção, destacou o amor e a luta demonstrados por Larissa pela causa. Lembrou ter dimensionado a importância do trabalho, numa reunião com mães atípicas, dentro da campanha Abril Azul, iniciando uma movimentação que culminou, em curto prazo, com a realização da “Semana do Autismo” em Carmópolis. “Quem faz políticas públicas é o próprio cidadão, a partir do momento que ele questiona e luta por seus direitos”, acrescentou Whatiffa, destacando a importância da presença da mulher na Câmara. No caso do grupo Florescer, reconheceu que os desafios são grandes, mas sempre geram recompensas para todos os envolvidos com a causa. Concluindo, ela revelou que destinará, ao coralzinho do grupo, parte de sua emenda impositiva, a ser liberada em 2025.

Em nome do Poder Legislativo, o presidente Fernando Luis Rabelo Lebron (REDE) parabenizou o grupo pelo trabalho e às vereadoras pela moção. Disse ser prova, na Casa, do esforço dos componentes do Florescer, sempre trabalhando e agindo, mostrando solidariedade com todas as famílias atípicas.

Os vereadores presentes também se manifestaram sobre o tema. A íntegra dos pronunciamentos pode ser acessada na gravação da sessão, em áudio e vídeo, disponível no site da Câmara.